

## Celso Furtado e o Início da Industrialização no Brasil\*

TAMÁS SZMRECSÁNYI\*\*

Several authors have been referring these last decades to the absence in Celso Furtado's historical works of any more elaborate explanations on the origins and initial evolution of the Brazilian economy's manufacturing sector. In an attempt to test empirically the validity of these assertions, the article presents the result of systematic revision not only of the famous book on *The Economic Growth of Brazil*, but also of the Author's other works. By its way, some quite different conclusions were reached. These conclusions don't have the purpose of criticizing previous affirmations, rather intending to synthesize and characterize Furtado's ideas on this very important process of our country's economy history.

Vários autores têm se referido, nas últimas décadas, à ausência, na obra histórica de Celso Furtado, de maiores explicações a respeito de gênese e da evolução inicial do setor industrial da economia brasileira. Entre os que manifestaram esse ponto de vista, destacam-se, pela elevada qualidade das suas contribuições, os nomes de José de Souza Martins e de Flávio Azevedo Marques de Saes. O primeiro, num trabalho inicialmente publicado como artigo e posteriormente aproveitando como capítulo num livro famoso e muitas vezes reeditado<sup>1</sup>, fez no final da década de 1970 a seguinte afirmação:

“O leitor da *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, surpreende-se pela falta de um capítulo ou seção sobre as origens da indús-

---

\* Comunicação apresentada nas sessões temáticas IV (Historiografia, Metodologia e Pensamento Econômico) do IV Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo, USP, setembro de 2001.

\*\* Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp.

<sup>1</sup> J. S. Martins, “O café e a gênese da industrialização em São Paulo”, *Contexto* 3, jul. 1977: 1-17. Reproduzido no início da segunda parte do livro *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979: 97-115.

tria no Brasil e, particularmente, sobre as relações da indústria nascente com a economia cafeeira e a economia de outros produtos primários de exportação.”<sup>2</sup>

Por sua vez, Saes, num artigo publicado aproximadamente dez anos mais tarde<sup>3</sup>, não deixou por menos, colocando a questão nos termos que seguem:

“De que modo a indústria aparece na análise feita por Furtado? Sem pretender reconstituir os eventos históricos, o autor não faz referência às origens da indústria no Brasil. A indústria passa a interessá-lo quando se processa o ‘deslocamento o centro dinâmico’ da economia brasileira nos anos 30 [...].”<sup>4</sup>

Como estas proposições, até onde sei, nunca chegaram a ser formalmente confirmadas ou refutadas, resolvi testá-las empiricamente através de uma releitura não apenas da *Formação econômica do Brasil*, mas também de outros trabalhos de Celso Furtado<sup>5</sup>. Por meio dela, cheguei a constatações algo diversas, que passo a expôr nesta comunicação, a qual não se destina a fazer críticas a quem quer que seja, tendo apenas o propósito de sintetizar e caracterizar de forma mais precisa o pensamento do autor a respeito desse importantíssimo processo histórico.

Tendo estes objetivos em mente, dividirei o meu relato em duas partes, examinando sucessivamente as publicações de Furtado anteriores à sua *Formação econômica do Brasil* e a sua produção teórica e historiográfica posterior a seu trabalho mais conhecido.<sup>6</sup>

## I

Na verdade, até poderia começar por este, assinalando que, apesar das aparências em contrário, ele contém efetivamente uma referência às origens e ao desenvolvimento inicial da indústria brasileira, embora não nos capítulos que foram examinados e citados pelos dois autores mencionados há pouco. Essa referência textual encontra-se numa das últimas páginas do famoso livro de Furtado, na qual diz textualmente que:

---

<sup>2</sup> Martins, *op. cit.*, p. 98.

<sup>3</sup> F. A. M. Saes, “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”, *Estudos Avançados*, 3(7), set.-dez., 1989: 20-39.

<sup>4</sup> Idem, p. 21

<sup>5</sup> Resolvi ampliar o leque por sugestão de uma nota de rodapé do artigo de Flávio Saes (*op. cit.*, p. 25, nota 3), no qual ele faz referência à *Formação econômica da América Latina*, publicada por Furtado no final da década de 1960.

<sup>6</sup> Trabalho cujas origens foram por mim analisadas numa comunicação anterior, “Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado”, *Estudos Avançados* 13(37), set.-dez., 1999: 207-14.

“O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e, ainda em 1910, o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se nessa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial [...]”<sup>7</sup>

Sem entrar no mérito destas afirmações, particularmente das últimas, que inclusive podem ter dado origem à conhecida e valiosa tese de doutorado de Wilson Cano<sup>8</sup>, apresso-me em acrescentar, de um lado, que Furtado baseou-se aí em parte num artigo preliminar de Stanley J. Stein<sup>9</sup>, e, do outro, que um tratamento mais sistemático do mesmo tema já tinha aparecido previamente num trabalho anterior dentro da sua própria obra. Trata-se do seu artigo “Características gerais da economia brasileira”, publicado em março de 1950 na *Revista Brasileira de Economia*<sup>10</sup>.

Na segunda parte desse artigo, Furtado analisou o “desenvolvimento de um núcleo industrial” no país, enquanto na quarta e última examinou “algumas conseqüências gerais da industrialização”<sup>11</sup>. Vale a pena retomar suas considerações nesse trabalho pioneiro, que antecedeu em vários anos as conhecidas contribuições de Stein<sup>12</sup>, Werner Baer<sup>13</sup> e Warren Dean<sup>14</sup>, para não falar dos numerosos trabalhos sobre o tema, que começaram a surgir a partir da década de 1970, tanto no Brasil como no exterior.

Assinalando que a tendência à estagnação havia prevalecido na economia brasileira durante quase todo o século XIX, ao final do qual “as condições de vida da população do país pouco [...] diferiam das do fim do período de dominação portu-

---

<sup>7</sup> Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 14ª ed., 1976: 238.

<sup>8</sup> Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2ª ed., 1982.

<sup>9</sup> S. J. Stein, “The Brazilian Cotton Textile Industry, 1850-1950”, in Simon Kuznets *et al.* (orgs.), *Economic Growth: Brazil, India, Japan*. Durham: Duke University Press, 1955: 430-47.

<sup>10</sup> *Revista Brasileira de Economia*, vol. 4, nº 1: pp. 7-33.

<sup>11</sup> *Ibidem*, pp. 13-23 e 28-31 respectivamente.

<sup>12</sup> Além do artigo mencionado acima na nota 9, não se pode deixar de referir o seu famoso livro *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*, Cambridge: Harvard University Press, 1957, que só chegou a ser traduzido para o português no final da década de 1970.

<sup>13</sup> Werner Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil*. Chicago: Richard D. Irwin, 1965.

<sup>14</sup> Werner Dean, *The Industrialization of São Paulo 1880-1945*. Austin: University of Texas Press, 1969.

guesa”, Furtado observa que foi nessa mesma época que se verificou “a formação dentro do país de um primeiro núcleo industrial”<sup>15</sup>. As condições que, segundo ele, propiciaram seu surgimento foram as seguintes:

1) a contínua depreciação da moeda nacional, tornando cada vez mais caros os produtos importados, e gerando estímulos para a produção no país dos artigos indispensáveis à subsistência da classe trabalhadora, cujo crescimento deu origem simultaneamente ao surgimento de um pujante mercado de trabalho capitalista, e de um não menos dinâmico mercado consumidor de bens-salário, cujo abastecimento não poderia ser atendido quer pelas importações, quer pelo artesanato e manufatura então existentes<sup>16</sup>;

2) o baixo custo da mão-de-obra local e as facilidades de obtenção de certas matérias-primas, dando origem a unidades de processamento dirigidas por empresários estrangeiros e financiadas por capitais de fora, com vistas à exportação de bens intermediários e de alimentos semi-processados — como foi o caso dos frigoríficos instalados no país a partir da Primeira Guerra Mundial<sup>17</sup>;

3) as crescentes dificuldades da comercialização de produtos importados, provocadas pelo seu encarecimento através da progressiva desvalorização da moeda brasileira, e da gradativa imposição de taxas alfandegárias para socorrer as finanças públicas, fazendo surgir filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras encarregadas das etapas finais do processamento industrial de produtos semi-elaborados importados a custos fiscais menores que os das anteriores importações de produtos acabados<sup>18</sup>.

Essa industrialização começou a ocorrer de forma espacialmente descentralizada, mas não tardaria a concentrar-se no Centro-Sul. Desde seus primórdios e praticamente até a década de 1950, a indústria têxtil algodoeira foi o principal ramo fabril do país, seguida pela indústria de produtos alimentares. Utilizando dados do Censo de 1920, Furtado mostrava no referido artigo que, apesar de haverem sido criadas entre 1900 e 1914 quase onze vezes mais empresas industriais do que as que tinham sido fundadas antes do início do século XX (6.946 e 626 respectivamente), o desenvolvimento industrial do Brasil manteve-se bastante lento até o início dos anos 1930<sup>19</sup>. E, mais adiante, indicava como e por que esse setor industrial emergente acabou evoluindo de forma diversa do que o resto da economia agroexportadora<sup>20</sup>, antecipando de certa forma sua discutida (e discutível) teoria dos choques adversos<sup>21</sup>.

---

<sup>15</sup> Celso Furtado, *op. cit.*, p. 13.

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp. 13-4.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 14

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> *Ibidem*, pp. 14-5.

<sup>20</sup> *Ibidem*, pp. 15-7.

<sup>21</sup> *Ibidem*, pp. 17-8.

Analisando as sucessivas crises da indústria têxtil e o crescimento da sua produção durante a Segunda Guerra Mundial, chamou a atenção para sua baixa produtividade e para seu escasso progresso técnico.<sup>22</sup> Furtado tinha na verdade uma visão bastante crítica do processo, destacando que:

a) “Esse tipo de expansão industrial contribui muito pouco para a ampliação do mercado interno, pois, se a massa dos salários aumenta um pouco momentaneamente, os salários reais individuais quase nada crescem”.<sup>23</sup>

b) “A consequência principal desse tipo de expansão [...] é criar uma elevada taxa de sobre-lucros”.<sup>24</sup>

A esta última tendência não era alheia a política de estabilização cambial adotada na década de 1940<sup>25</sup>, mas o seu principal motivo tinha um caráter estrutural, uma vez que “o crescimento da indústria brasileira não se processou desde o início pela forma normal de aumento da produtividade”.<sup>26</sup> Assinalando que o aumento dos lucros pode dar origem tanto a um aumento do consumo e da importação de produtos suntuários, como à reinversão e ao aumento da capacidade produtiva, Furtado dizia que esta segunda e mais desejável alternativa deixou de ocorrer com a almejada intensidade por causa dos baixos índices de crescimento do mercado interno de bens-salários. E concluía argumentando que:

“Numa economia à base de mercado interno [...] a expansão que se traduz exclusivamente em aumento de lucros debilita o corpo econômico como um todo e representa antes uma distorção que um crescimento”.<sup>27</sup>

Escrevendo antes da aceleração do processo de industrialização de meados dos anos 1950, ele ainda acrescentava:

“Estas limitações, que em alguns ramos da indústria perduraram até hoje, impediram o núcleo industrial que se formou no país desde fins do século passado de constituir por si só, e desde cedo, uma força renovadora capaz de transformar profundamente a estrutura econômica do Brasil”.<sup>28</sup>

Temos aqui uma visão pessimista que lembra a dos dois últimos capítulos da *História econômica do Brasil* de Caio Prado Jr. Mas, embora tais afirmações tenham sido aparentemente desmentidas pelo quarto de século de crescimento industrial que

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 18-9

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*, pp. 20-1.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

houve entre o início da década de 1950 e meados da de 1970, a estagnação da economia brasileira desde então não deixa de corroborá-la de certa forma. Além disso, as distorções então apontadas por Furtado no modelo brasileiro de industrialização continuam atuais, mantendo-se ancoradas em sólidas evidências históricas, como se pode observar na citação a seguir:

“Repetidas vezes se tem buscado numa fase pretérita do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos um paralelo para a transição que se processa atualmente na economia brasileira. Tal identificação não tem nenhum sentido. Nos Estados Unidos, o núcleo industrial se desenvolveu inteiramente à parte das atividades coloniais, entrando finamente em conflito com estas. No Brasil, a economia industrial em grande parte surgiu como um prolongamento da economia patriarcal [...] Algumas vezes — o caso da indústria açucareira do Nordeste é ilustrativo — tentou-se conservar o mais possível a velha estrutura social, criando — se em consequência obstáculos quase infranqueáveis ao desenvolvimento da indústria”.<sup>29</sup>

Na quarta e última parte do mesmo artigo, Furtado discorreu sobre “algumas conseqüências gerais da industrialização” do país, com destaque para três, “que, sem perder seu caráter de universalidade, apresentam certa especificidade no Brasil”<sup>30</sup>. Tratava-se: (a) de um “maior grau de independência da economia do país vis-à-vis às flutuações do mercado internacional de produtos primários”; (b) de possíveis mudanças na estrutura agrícola; e (c) da “integração das diversas economias do país numa estrutura única”.<sup>31</sup> O próprio autor deu destaque às duas últimas, relativas à expansão de uma policultura vinculada ao mercado interno<sup>32</sup>, e à integração deste em torno do setor industrial<sup>33</sup>.

## II

A questão das origens e do desenvolvimento inicial do setor industrial voltou a ser abordada por Celso Furtado em vários trabalhos posteriores à sua *Formação econômica do Brasil*, a começar pelo livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961, cujo sexto e último capítulo intitulava-se “Industrialização e Inflação”, e cujo subtítulo era “Análise do Desenvolvimento do Brasil”. Nesse capítulo, a industrialização brasileira foi inserida por Furtado na “longa e incerta

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> *Ibidem*, pp. 29-30.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 31.

marcha na busca de uma alternativa ao modelo clássico de crescimento extensivo à base de exportações”.<sup>34</sup> Tratava-se para ele de “uma luta em busca de um novo caminho”, a qual só se havia tornado consciente no Brasil durante os dois últimos decênios da primeira metade do século XX.<sup>35</sup>

Segundo ele, depois da crise de 1929, deu-se a “emergência do mercado interno como centro dinâmico principal” da economia brasileira. Esse mercado interno fora criado anteriormente no interior da economia cafeeira por meio do emprego em massa de trabalhadores livres procedentes do exterior. Tratava-se de “um mercado interno relativamente amplo e geograficamente concentrado, com base no qual teve lugar um desenvolvimento industrial, particularmente de manufaturas têxteis e alimentícias, transformadoras de matérias-primas locais”<sup>36</sup>. Essa industrialização incipiente alcançou seu primeiro auge na Guerra de 1914-18.

Da mesma forma que no seu artigo de 1950, e bem antes do famoso trabalho de Albert Fishlow<sup>37</sup>, Celso Furtado mostrou nesse livro de 1961 o papel desempenhado na primeira etapa da industrialização brasileira pela crescente desvalorização cambial, ao ressaltar como:

“Esse mecanismo de defesa da renda dos exportadores resultou ser também favorável aos grupos manufatureiros incipientes. Nas etapas de redução da renda dos consumidores [...] aumentava o poder competitivo das manufaturas de produção interna. Surgiu, assim, espontaneamente, uma política protecionista que supria a inexistência de uma orientação definida nesse sentido, ideologicamente pouco aceitável na época”.<sup>38</sup>

O início da industrialização do Brasil, portanto, decorreu da combinação desses dois fatores: a “existência de um mercado interno” e a “proteção automática nas etapas de contração da renda”.<sup>39</sup> Foi graças a ela que se tornou possível o desenvolvimento no país de “algumas indústrias de bens de consumo”, assim como o crescimento e a diversificação das “indústrias tradicionais de materiais de construção”. Indústrias cuja “importância [...] somente seria percebida por ocasião da grande depressão dos anos 1930”.<sup>40</sup>

---

<sup>34</sup> Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961: 233.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 236.

<sup>37</sup> Albert Fishlow, “Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil”, in L. Di Marco (org.), *International Economics and Development: Essays in Honour of Raul Prebisch*. Nova York: Academic Press, 1972. Traduzido para o português e publicado no mesmo ano pela revista *Estudos Econômicos*, 2(6), pp. 7-76.

<sup>38</sup> Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, p. 238.

<sup>39</sup> *Ibidem*, pp. 236-7.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 237.

Foi precisamente naquela ocasião, e por causa das medidas tomadas pelo governo para a defesa do setor exportador, que “(o) incipiente setor industrial encontrou-se [...] em face de significativa ampliação relativa do mercado interno”, por força da exclusão dos produtos importados, devido à elevação de seus preços e à falta de cambiais para adquiri-los. Em função disso, durante toda a década de 1930, “a produção industrial cresceu fortemente, através de uma utilização intensiva do equipamento já instalado, da importação de equipamentos de segunda mão e de outros expedientes”.<sup>41</sup>

Nunca é demais acrescentar que se tratava, na época, de uma aceleração do processo de industrialização e não, como querem alguns, do seu início efetivo. “Visando a defender o setor externo — preocupação constante da classe dirigente — o Poder Público criou condições para uma rápida ampliação do setor industrial ligado ao mercado interno.”<sup>42</sup> Tratava-se da ampliação de um setor que já existia no Brasil desde o final do século XIX, e não da criação de algo novo.

Por outro lado, como frisava Celso Furtado, esse setor “não resultou de um recrutamento de mão-de-obra das atividades agrícolas ou artesanais preexistentes”.<sup>43</sup> Na verdade, a industrialização do Brasil foi um processo *sui generis*, que se fixou “na região de grande expansão agrícola para exportação, de escassez relativa de mão-de-obra e forte imigração européia”, características que deram origem a níveis salariais inicialmente elevados, mas que não tardaram a se ajustar ao contexto nacional, sendo que nas demais regiões “prevaleciam, condições de vida totalmente diversas e níveis de salários muito inferiores”.<sup>44</sup>

Assim, conforme assinalou mais adiante o próprio Furtado, “o modelo de desenvolvimento industrial do Brasil, que se assemelhou inicialmente ao (norte-) americano, veio a parecer-se mais e mais ao europeu da primeira metade do século XIX, à medida que o próprio país se industrializava e adquiria fluidez o seu mercado de trabalho”.<sup>45</sup> Em consequência disso, “os salários reais nas indústrias tenderam a permanecer estacionários no decorrer de todo o desenvolvimento subsequente”. Uma tendência que seria “reforçada pelo tipo de tecnologia que prevaleceu [...] orientada no sentido de poupar mão-de-obra”, fazendo com que “os benefícios da elevação da produtividade [fossem apenas] absorvidos pelos lucros”.<sup>46</sup>

Celso Furtado ainda retornou à mesma temática em dois livros que publicou no final dos anos 1960: *Um projeto para o Brasil* (1968) e *Formação econômica da América Latina* (1969). Este último foi posteriormente retrabalhado por ele, recebendo o título atual de *A economia latino-americana* (1976). Além desses dois livros, cumpre mencionar ainda sua *Análise do “modelo” brasileiro* (1972).

---

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 255.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 257.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

No primeiro desses livros, Furtado situava o início da industrialização do país no contexto do chamado “desenvolvimento dependente”. Equiparando o processo de desenvolvimento à elevação da produtividade do fator trabalho, ele atribuiu essa elevação ao aumento da dotação de capital por trabalhador, ao progresso técnico, e ainda à mudanças na estrutura produtiva em decorrência de alterações do perfil da demanda agregada. Assinalando que o peso relativo de cada uma dessas variáveis “tem variado de forma significativa no espaço e no tempo”, distingue dois tipos de desenvolvimento econômico: o autônomo, no qual os impulsos iniciais são condicionados pelo progresso técnico e pela acumulação de capital; e o dependente, que deriva fundamentalmente das mudanças na composição da demanda.<sup>47</sup>

Distinguindo igualmente “duas fases bem definidas” na industrialização brasileira — uma, “que se estende do último decênio do século passado [XIX] até 1929”, a outra, “que se estende pelos três decênios seguintes —, Furtado atribuiu a primeira à “elevação da renda causada pela expansão das exportações”, e a segunda às “tensões estruturais motivados pelo declínio da capacidade de importar”.<sup>48</sup>

Limitando nossa atenção aqui apenas à primeira, poderíamos acrescentar que ela se deveu também, e bastante, às mudanças nas relações de produção no contexto da transição do escravismo para o trabalho livre, uma variável que deixou de ser considerada nesse livro pelo autor. Nele, Furtado limita-se a exemplificar e descrever a primeira fase da industrialização do Brasil através do desenvolvimento da sua indústria têxtil<sup>49</sup>.

O mesmo esquema das duas fases reaparece, em termos teóricos e comparativos, no livro sobre a América Latina<sup>50</sup>. O esquema mencionado na citação a seguir poderia perfeitamente ser aplicado ao caso brasileiro:

“A especialização na produção permitiu a elevação da produtividade e da renda, abrindo o caminho para a formação de um núcleo de mercado interno de produtos manufaturados e para a concentração de uma infra-estrutura [...] [O] crescimento do mercado interno era uma realidade ali onde se expandiam as exportações. Ao alcançar esse mercado certas dimensões, uma política protecionista seria o suficiente para provocar um surto industrial, tanto mais que os investimentos industriais se beneficiariam das economias externas proporcionadas pela infra-estrutura já instalada”.<sup>51</sup>

Mais adiante, esse caso chega inclusive a ser mencionado repetidas vezes e em termos específicos:

---

<sup>47</sup> Celso Furtado, *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 5ª ed., 1969: 22.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 23-4.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 24-5.

<sup>50</sup> Celso Furtado, *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor, 2ª ed., 1970, caps. X e XI.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 124.

“No grupo de países de agricultura tropical de exportação, o Brasil reúne as condições mais favoráveis à transição para a industrialização. No altiplano paulista [...] a produção se realiza de forma extensiva, em condições que favorecem a construção de uma importante infraestrutura de transporte. Demais, sendo uma região em que era escassa a mão-de-obra, surgiu a necessidade de fixar taxas de salários suficientemente altas para atrair população de outras regiões, particularmente da Europa [...]”<sup>52</sup>

“[...] essa primeira fase de industrialização [...] consistia essencialmente na introdução de um núcleo de indústrias de bens de consumo corrente — tecidos, produtos de couro, alimentos elaborados, confecções — que se tornavam viáveis em razão da renda disponível para o consumo sob o impulso da expansão das exportações. Demais, o processo de urbanização, que ocorria paralelamente, criava novas exigências [...] abrindo o caminho para uma indústria de materiais de construção [...] Ora, essas indústrias — as de bens de consumo geral e as de materiais de construção — são de escasso poder germinativo. No caso das primeiras, sua curva de crescimento era inicialmente rápida, simplesmente porque ocupavam o lugar dos produtos anteriormente importados”.<sup>53</sup>

Novamente, a evolução da indústria têxtil servia de exemplo para representar o caso brasileiro. E, no que se refere à periodização, vale a pena citar a conclusão de todo esse relato, possivelmente uma das fontes de inspiração do já citado famoso artigo de Fishlow:

“Nos quatro países que estamos considerando — Argentina, México, Brasil e Chile — a industrialização induzida pela substituição de importações foi, a rigor, um fenômeno dos anos trinta e do período da Guerra, isto é, da fase em que a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior”.<sup>54</sup>

E, finalmente, na sua *Análise do “modelo” brasileiro*, Furtado voltou mais uma vez a tratar da mesma temática, partindo das seguintes afirmações:

“A história econômica do Brasil neste século [XX] enfeixa uma das mais ricas experiências de industrialização em condições de subdesenvolvimento [...]”

“A verdade é que, quase sem exceção, um fluxo importante de exportações de produtos primários engendrou certas atividades complementa-

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, pp. 126-7.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 144.

res de tipo industrial, que vão desde o tratamento superficial exigido por produtos como o café e o algodão até processamentos muito avançados como o requerido pelo açúcar, a carne e as sementes oleaginosas. Tais indústrias, assim como um sistema moderno de transportes, implicam num serviço de manutenção que pode dar origem a importantes instalações mecânicas [...] onde se forma uma mão-de-obra especializada. Esse tipo de industrialização pode ser insignificante em pequenos países, mas alcançar dimensões consideráveis quando a economia é de grande vulto”.<sup>55</sup>

Ao lado dessas indústrias complementares, que se estendem ou contraem em função das atividades de exportação, e que, por isso mesmo, “dificilmente chega(m) a desempenhar um papel autônomo”, Furtado nos mostra que houve

“uma outra faixa de atividades industriais que surgem nessa mesma fase: são manufaturas complementares das importações ou induzidas pelas gastos dos consumidores [...] Esse conjunto de indústrias desenvolveu-se de forma significativa no Brasil, já no último quartel do século passado [XIX], graças à dimensão relativamente grande do mercado interno, à abundância de matérias-primas locais e a medidas protecionistas casuais ou voluntárias”.<sup>56</sup>

Todas as citações aqui apresentadas, algumas bastante longas, desmentem cabalmente o alegado desinteresse de Celso Furtado pelo tema das origens da industrialização do Brasil. Elas mostram que, apesar de não ter publicado trabalhos ou capítulos específicos, nunca deixou de se preocupar com ele, chegando inclusive a formular uma série de observações e hipóteses extremamente argutas e instigantes a respeito. A riqueza e sutileza de seu pensamento aparecem com toda força na visão que tem do empresariado dessa primeira fase da industrialização brasileira.

“Assim — diz ele — a classe industrial que se forma no Brasil atua num quadro estrutural próprio, que deve ser levado em conta se se pretende compreender o seu comportamento. Assimilá-la a uma *burguesia nacional* constitui uma simplificação que contribui mais para ocultar do que para revelar a realidade [...]”<sup>57</sup>

Trata-se, para Furtado, de uma categoria que sequer chegou a constituir-se plenamente depois de 1930. Tanto assim que chama a atenção para a “composição heteróclita do grupo industrial brasileiro”, integrado, segundo ele, por “três subgrupos perfeitamente definidos”, quais sejam:

---

<sup>55</sup> Celso Furtado, *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972: 15-6.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 19; grifo do autor.

“um setor privado nacional formado pelos dirigentes de limitado número de grandes firmas que sobrevivem com maior ou menor grau de autonomia e de um número considerável de pequenos empresários; um poderoso setor privado *estrangeiro*, constituído de dirigentes alienígenas e nacionais de filiais ou empresas subsidiárias de consórcios internacionais; e um outro setor de importância crescente<sup>58</sup>, formado de quadros superiores de empresas públicas, quase sempre originários da administração civil e militar”.<sup>59</sup>

Estas observações podem parecer atualmente bem pouco originais, mas é bom lembrar que elas foram formuladas por Celso Furtado bem antes da maioria dos outros autores, por meio dos quais acabaram se tornando um lugar-comum. O mesmo se aplica, com maior força ainda, à sua noção de desenvolvimento econômico, que continua atual, como se pode ver pela última citação extraída da referida obra:

“A economia industrial subdesenvolvida não constitui uma *fase* que tende a ser necessariamente superada em prazo maior ou menor [...] Assim, *desenvolvimento* passa a ser definido em termos de aproximação a um paradigma que, por definição, é inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida [...] Cabe inferir, portanto, que a melhora efetiva das condições de vida da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grande dimensão demográfica, somente seria alcançada por outros caminhos. A Índia nunca será uma Suécia de um bilhão de habitantes, nem o Brasil uma reprodução dos Estados Unidos”.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> No início da década de 1970.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 35; grifo do autor.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 77; grifos do autor.